

Versão 1

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração

## ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SERVIÇOS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data:	27/06/22
Número do PROAD aberto	10802/2022
Área Demandante:	Secretaria de Saúde
Área Requisitante:	Secretaria de Saúde

## EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante:	Sérgio de Oliveira Cordeiro			
- Integrante Técnico:	Rosemary Rodrigues Miguel			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Douglas Suetsugo Mitsuse	Suplente	Christiano Carneiro Ferreira

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses	
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular	
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato	
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:	
Contratação não é urgente			

Data para início dos serviços:	01/08/2022
--------------------------------	------------

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para preenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)	<a href="https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca">https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca</a>
8818	

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:
Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

As unidades do TRT da 15ª Região são divididas em 8 Circunscrições, a saber: 1. Campinas, 2. Sorocaba, 3. São José dos Campos, 4. Ribeirão Preto, 5. Araçatuba, 6. Presidente Prudente, 7. São José do Rio Preto e 8. Bauru. Cada Circunscrição é composta de Fóruns Trabalhistas e Varas do Trabalho, conforme relação em anexo, observando-se que a Circunscrição de Campinas é composta, ainda, das Sedes Judicial, Administrativa e anexo.

O objeto da contratação deverá ser executado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da ratificação do Cronograma pelo Tribunal.

- Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

I - Reunião: Assinado o contrato, será agendada uma reunião, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ocasião em que empresa contratada deverá apresentar Cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser autorizado pelo Tribunal, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações. A reunião ocorrerá na Secretaria de Saúde, na rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP, podendo ser realizada também de forma telepresencial.

II - As avaliações nas unidades deverão obedecer ao cronograma elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE previamente, sempre observando o horário institucional, feriados locais e possíveis restrições pontuais de cada unidade.

III - Os gestores das unidades serão previamente informados pelo Tribunal acerca do serviço a ser executado e a empresa contratada deverá estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários.

IV) O GRO e o PGR deverão abranger e ser realizados em todas as unidades do Tribunal, por edificação.

V) Para elaboração do PGR de uma edificação, deverão ser analisados todos os ambientes de suas unidades, incluindo os de uso pelos trabalhadores terceirizados.

VI) O documento base do PGR deverá conter o nome do profissional responsável por sua elaboração, bem como seu número de registro em Conselho de Classe, além da anotação de responsabilidade técnica (ART) junto ao mesmo Conselho, quando aplicável.

VII) O PGR deve abranger, no mínimo:

a) Descrição física das dependências e instalações.

b) Descrição das funções e/ou atividades e o quantitativo de servidores.

c) Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de risco químico, físico, biológico, ergonômico e de acidentes identificados nos ambientes de trabalho, descrevendo a metodologia de ação, os critérios adotados e a instrumentação utilizada para as medições.

1. Para realização das avaliações, devem ser verificadas todas as etapas do processo operacional, os possíveis riscos ocupacionais e o tempo de exposição ao risco.

d) Descrição das medidas de proteção individual e coletiva existentes, identificando os EPIs e seus respectivos Certificados de Aprovação (CA), bem como se os EPIs e EPCs são eficazes na proteção aos agentes de riscos detectados.

e) Análise das condições de acessibilidade nas edificações, em conformidade com as normas específicas vigentes.

f) Fundamentação científica e referências da legislação pertinente sobre os riscos identificados.

g) Proposição de um cronograma de ação contendo as medidas de controle para a adequação dos riscos ambientais identificados, estipulando prazos para a implementação das ações, bem como indicadores de avaliação para o acompanhamento sistemático da eficácia das medidas. Tal cronograma deverá ser descrito por ordem de prioridade de ação.

VIII) As avaliações quantitativas deverão abranger os agentes de risco previstos, em conformidade com a NR-1, que institui o PGR, o qual faz parte do GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais das Organizações e é composto basicamente do Inventário Geral de Riscos e do Plano de Ação. A previsão legal do PGR NR-1 é a Portaria SEPRT n.º 6.730, de 09 de março de 2020. Deverão também ser observadas as demais NRs relacionadas à matéria, conforme o caso.

a) As informações deverão ser coletadas próximo ao magistrado ou servidor que está exposto ao maior risco no ambiente.

b) Em caso de agentes químicos que exijam análise laboratorial, será permitida sua inclusão no cronograma do PGR, já constando data limite para apresentação dos resultados.

IX) Especificamente quanto ao ruído, deverá ser analisado com decibelímetro em todas as unidades, devendo ser realizada análise por dosimetria em pelo menos 5 unidades por item, por amostragem.

a) Naquelas unidades onde a avaliação com decibelímetro apontar valores que superem os limites de tolerância, também deve ser realizada avaliação de ruído por dosimetria.

X) As situações não conformes deverão ser descritas de forma detalhada, fotografada e, quando for o caso, quantificadas de forma a favorecer o entendimento pelas pessoas que terão acesso ao documento.

XI) Todas as avaliações deverão ser realizadas seguindo os procedimentos vigentes e com uso de equipamentos com calibração válida e rastreável à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

a) Os certificados de calibração dos equipamentos utilizados na avaliação quantitativa deverão ser anexados ao documento base do PGR.

XII) O LTCAT deve conter apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados como insalubres ou perigosos e os valores correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal.

XIII) O LTCAT também deve explicitar se a atividade faz jus à aposentadoria especial.

XIV) O objeto da contratação deverá ser entregue ao Tribunal no formato impresso e em arquivo digitalizado, na extensão "pdf", por meio eletrônico.

<b>1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado OU prazo de execução do serviço.</b>	
12 meses	
<b>Outro</b>	

<b>1.4 Local e horário da prestação dos serviços</b>			
Conforme relação de unidades em anexo.			
<b>Endereço</b>	<b>Horário</b>	<b>Dias da semana/Outro</b>	<b>Agendamento, indicar nome, telefone/ramal</b>
<b>Outros:</b>	As avaliações relativas ao objeto do contratado deverão ser realizadas em todas as unidades deste Tribunal Regional do Trabalho, por edificação, conforme relação anexa.		

<b>2. ANÁLISE de VIABILIDADE</b>	
<b>2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:</b>	
Não há outra solução.	

Justificativa	<p>A Resolução 141, do CSJT, assim dispõe: "Art. 3º O PPRA será gerenciado pela área de saúde e elaborado, implementado, acompanhado e avaliado, preferencialmente, pelas áreas especializadas em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho dos Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>Parágrafo único. Caso inexistentem profissionais especializados nas áreas mencionadas no caput, poderá ser contratada, temporariamente, consultoria para o desenvolvimento do PPRA."</p> <p>A publicação das Portarias 6.730 e 6.735, do Ministério da Economia, alterou a redação das Normas Regulamentadoras 1 (NR 1) e 9 (NR 9), com um impacto que vai além da simples mudança legislativa. O novo texto exige que as empresas revejam a forma como realizam a prevenção de doenças e acidentes ocupacionais, com a criação de dois novos conceitos: o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).</p> <p>No segundo semestre de 2019, o governo havia disponibilizado para consulta pública a proposta de texto para a NR-38, que traria os detalhes do PGR. A ideia não foi adiante, mas o texto acabou incorporado à NR 1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais).</p> <p>Já a alteração na NR 9, que tratava do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), foi ainda mais profunda. Sob o novo nome de "Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos", a NR se transformará aos poucos em uma norma de higiene ocupacional, subsidiando as medidas de prevenção previstas na NR 1.</p> <p>Ou seja, o GRO e o PGR representam uma evolução do PPRA – que não precisa mais ser realizado a partir de março de 2021. A ideia é ter um material de SST que realmente possa ser usado no dia a dia das empresas, com planos de ação a serem cumpridas e adaptado aos mais modernos conceitos de gestão praticados no mundo.</p> <p>O Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR é utilizado para fins de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais, sendo aprovado pela Portaria 6.730, de 9 de março de 2020, do Ministério da Economia.</p> <p>Enquanto, o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT é regulamentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por meio do qual avalia e determina se o trabalhador tem ou não o direito à aposentadoria especial.</p> <p>Dessa forma, observa-se que o PGR e o LTCAT possuem objetivos diferenciados, ao passo que o PGR consiste em um programa de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais, que contribui para a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores.</p>
---------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:			
Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição			
Vantagens			
Desvantagens			
Atende (Sim/Não)			

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)	
Solução escolhida	Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.
Justificativa	<p>A Resolução 141, do CSJT, assim dispõe: "Art. 3º O PPRA será gerenciado pela área de saúde e elaborado, implementado, acompanhado e avaliado, preferencialmente, pelas áreas especializadas em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho dos Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>Parágrafo único. Caso inexistentem profissionais especializados nas áreas mencionadas no caput, poderá ser contratada, temporariamente, consultoria para o desenvolvimento do PPRA."</p> <p>A publicação das Portarias 6.730 e 6.735, do Ministério da Economia, alterou a redação das Normas Regulamentadoras 1 (NR 1) e 9 (NR 9), com um impacto que vai além da simples mudança legislativa. O novo texto exige que as empresas revejam a forma como realizam a prevenção de doenças e acidentes ocupacionais, com a criação de dois novos conceitos: o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).</p> <p>No segundo semestre de 2019, o governo havia disponibilizado para consulta pública a proposta de texto para a NR-38, que traria os detalhes do PGR. A ideia não foi adiante, mas o texto acabou incorporado à NR 1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais).</p> <p>Já a alteração na NR 9, que tratava do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), foi ainda mais profunda. Sob o novo nome de "Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos", a NR se transformará aos poucos em uma norma de higiene ocupacional, subsidiando as medidas de prevenção previstas na NR 1.</p> <p>Ou seja, o GRO e o PGR representam uma evolução do PPRA – que não precisa mais ser realizado a partir de março de 2021. A ideia é ter um material de SST que realmente possa ser usado no dia a dia das empresas, com planos de ação a serem cumpridas e adaptado aos mais modernos conceitos de gestão praticados no mundo.</p> <p>O Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR é utilizado para fins de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais, sendo aprovado pela Portaria 6.730, de 9 de março de 2020, do Ministério da Economia.</p> <p>Enquanto, o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT é regulamentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por meio do qual avalia e determina se o trabalhador tem ou não o direito à aposentadoria especial.</p> <p>Dessa forma, observa-se que o PGR e o LTCAT possuem objetivos diferenciados, ao passo que o PGR consiste em um programa de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais, que contribui para a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores.</p>
Valor estimado	
Outros	

2.2.1 Alinhamento Estratégico	<a href="http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026">http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026</a>	Selecione abaixo:
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade		

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)		
<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas	
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações	
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários	
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício:	- Promoção da saúde ocupacional e da prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho e acidentes de trabalho de magistrados e servidores. - Observância às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações referentes à segurança e saúde do trabalho, bem como à acessibilidade.

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado	
O objeto do contrato deverá ser realizado em todas as unidades deste Tribunal Regional do Trabalho, por edificação.	

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço		
<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita	
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout	
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica	

<input type="checkbox"/>	Instalação lógica	
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória	
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:	

## 2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

Não.

## 3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO

### 3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:

<input checked="" type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias	Tem contrato
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.	

**TEM CONTRATO, preencha os itens abaixo:**

### 3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado

- A empresa prestadora do serviço deverá compor equipe capacitada para vistoria das unidades e profissional responsável pela elaboração do PGR.

### 3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual

<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível

Outra opção:

### 3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual

Não se aplica.

### É necessário sobreposição contratual?

Não.

### 3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação

Não se aplica.

### 3.4.2. Devolução de recursos materiais

Não se aplica.

## 4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO

4.1 Natureza do objeto	Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
------------------------	-------------------------------------------------

### 4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade	
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:

### 4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?

Sim

Justificativa:	Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado
----------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

### 4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico

### 4.4.1 Forma de julgamento:

Menor preço

### 4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

### 4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

### 4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso

A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.

### 4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes

Gestor do Contrato:	Sérgio de Oliveira Cordeiro
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Rosemary Rodrigues Miguel
Fiscal Técnico do Contrato:	
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

Fiscal Administrativo	
-----------------------	--

<b>5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS</b>
Valor estimado da contratação: R\$ 231.325,96

6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)	
<b>É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?</b>	
Não	
<b>Justificativa:</b> Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	
<b>6.1 Fundamentação para a opção por SRP:</b>	
Não se aplica	
<b>6.2 Histórico de consumo:</b>	
Não se aplica	
<b>6.3 Estimativa de consumo:</b>	
Não se aplica	
<b>6.4 Quantidade para Consumo Imediato:</b>	
Não se aplica	
<b>6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</b>	
Não se aplica	
<b>6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</b>	
Não se aplica	
<b>6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</b>	
Não se aplica	
<b>6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</b>	
Não se aplica	

7. SUSTENTABILIDADE			
<b>Há critérios de sustentabilidade a serem observados?</b>			
Não			
<b>Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:</b>			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)
<b>Há especificação de ROHs?</b>		Não se aplica	
<b>Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:</b>			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: <a href="#">Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</a>			

8. ARQUIVOS	
<b>Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?</b>	
Não se aplica	
<b>Indicar anexo ou local em que pode ser baixado</b>	Não se aplica.
<b>No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:</b>	

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
<b>Há previsão de vistoria/visita técnica?</b>	
Não se aplica	
<b>Se sim. Justificar:</b>	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
<b>9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):</b>	
Não se aplica	

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)
-----------------------------------------------------------------------------

A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="" type="checkbox"/>	Operacional:	Será exigida a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) características, quantidades e prazos, com quantitativo mínimo de 10% dos serviços que se pretende contratar, a fim de assegurar que a contratada estará apta a fornecer os serviços pactuados. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN 05/2017.
<input type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	
<input checked="" type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, médico(a) com especialidade em medicina no trabalho ou engenheiro(a) de Segurança do Trabalho ou profissional devidamente habilitado, com registro no respectivo conselho. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo: 1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; 2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente; 3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; 4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da contratação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura. Prova de inscrição ou registro da pessoa jurídica no respectivo Conselho de Profissionais/Classe. Prova de inscrição ou registro, junto ao respectivo Conselho de profissionais/classe, do profissional com formação em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Medicina do Trabalho ou outro devidamente habilitado, que atuará como responsável técnico do GRO, do PGR e do LTCAT

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	Normas Regulamentadoras 1 (NR 1) e 9 (NR 9), Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, respectivamente.

12. GARANTIA	
12.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações:	
Não se aplica.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;	
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e	
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
Justificativa	Não se aplica.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	
As obrigações a serem explicitadas devem ser em <u>relação ao objeto da contratação</u> , como, por exemplo:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários</li> <li>- Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá</li> <li>- A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços</li> <li>- A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços</li> <li>- Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia</li> <li>- Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante.</li> </ul>	
Especificações:	
13.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
I) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, colocando-se à disposição para dirimir dúvidas e prestar quaisquer esclarecimentos necessários, por meio de reuniões que devem ser previamente solicitadas pela CONTRATADA e agendadas, a serem realizadas presencialmente ou por teleconferência, com a Secretaria de Saúde do Tribunal;	
II) comunicar aos gestores das unidades, antes do início dos trabalhos de avaliação e de elaboração do GRO, PGR e LTCAT, o serviço a ser executado, assim como o cronograma e os dados da empresa CONTRATADA;	
III) assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que os serviços se fizerem necessários, mediante agendamento e conforme cronograma prévio;	
IV) anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;	
V) fornecer à CONTRATADA a relação dos magistrados e servidores de cada unidade;	
VI) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de fiscal nomeado para esse fim;	
VII) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;	
VIII) Caso sejam observados problemas nos relatórios, a contratada deverá reapresentar o material devidamente saneado no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis.	
13.2. Obrigações da Contratada	

**PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO**

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

Competirá à CONTRATADA a execução do objeto segundo as normas e condições consignadas no instrumento contratual e/ou decorrentes da legislação aplicável à matéria, em especial:

- I) Informar aos fiscais do contrato, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência verificada durante a prestação dos serviços;  
II) Executar o objeto do contrato em prazo não superior ao máximo estipulado no edital, sob pena de incidência das sanções previstas no instrumento convocatório;  
III) Executar os serviços de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito à CONTRATANTE, devidamente fundamentada, para análise pela fiscalização do contrato;  
IV) Abster-se de transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem a expressa anuência do CONTRATANTE;  
V) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 70 da Lei n.º 8.666/1993;  
VI) Responder pelo pagamento de multas e demais encargos de natureza administrativa decorrentes do exercício das atividades profissionais relacionadas ao objeto do contrato, assim como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/1993;  
VII) Comparecer à reunião de abertura dos trabalhos nas instalações do CONTRATANTE antes do início das atividades, a fim de esclarecer eventuais dúvidas, receber da CONTRATANTE as informações exigidas para execução dos trabalhos e apresentar o cronograma de atividades e a metodologia de trabalho.  
VIII) Apresentar cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser ratificado pelo CONTRATANTE, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações, bem como estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários.  
IX) Emitir parecer sobre questionamentos referentes ao GRO, ao PGR e ao LTCAT durante a vigência de cada documento, sempre que o CONTRATANTE solicitar;  
X) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte – inclusive durante o período de garantia –, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei n.º 8.666/93;  
XI) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação apresentadas na fase de licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93;  
XII) Garantir a segurança e idoneidade das avaliações.  
XIII) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender, apresentando formalmente as ações corretivas cabíveis;  
XIV) Comunicar à CONTRATANTE, antes do início dos trabalhos, a relação nominal dos profissionais executores dos procedimentos em cada unidade, bem como a documentação comprobatória pertinente aos profissionais;  
XV) Substituir o profissional no caso de impossibilidade do seu comparecimento ao trabalho, independente da motivação, visando o cumprimento dos serviços de forma ininterrupta, comunicando imediatamente à CONTRATANTE o nome do profissional substituto;  
XVI) Indicar um representante com atribuições de coordenar, comandar, fiscalizar e orientar os profissionais quanto ao bom andamento dos serviços, mantendo sempre contato com o gestor e fiscal do contrato;  
XVII) Responsabilizar-se pela disponibilização dos recursos materiais necessários realização dos trabalhos;  
XVIII) Utilizar sempre instrumentos de medição com calibração válida e rastreável;  
XIX) Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos de força maior comprovada, caso fortuito ou impossibilidade notória, em face de instruções oriundas da Administração Pública, de órgãos de classe ou decorrentes de decisões judiciais.  
XX) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.  
Obs.: O(s) profissional(is) indicado(s) pelo contratada para fins de comprovação da qualificação técnica na licitação deverá(ão) atuar como responsável(is) técnico(s), admitindo-se sua substituição somente por outro(s) que detenha(m) as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes e justificáveis, sob prévia avaliação do TRT da 15ª Região.  
As obrigações da CONTRATADA expressamente enunciadas nesta cláusula têm caráter exemplificativo e não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, decorrentes da legislação aplicável à espécie, observado o disposto no artigo 54, caput, da Lei n.º 8.666/1993.  
A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.  
Além disso, para adentrar nos prédios do Tribunal, está sendo exigido o gesto vacinal completo.

**14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO****14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:**

<b>Gestor do Contrato:</b>	Sérgio de Oliveira Cordeiro
<b>Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):</b>	Rosemary Rodrigues Miguel

**14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber**

Assinado o contrato, será agendada uma reunião, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ocasião em que empresa contratada deverá apresentar cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser autorizado pelo Tribunal, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações.

**14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços**

A prestação dos serviços contratados deverá ter início, assim como o prazo para execução do objeto contratado, a partir da data da aprovação do cronograma a ser apresentado pela empresa na reunião que deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

**14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia**

Não se aplica.

**14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada**

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

**14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo**

- Nos termos do art. 73 da Lei n.º 8.666/1993, o recebimento do objeto dar-se-á da seguinte forma:  
I) provisoriamente, no momento da entrega do GRO, do PGR e do LTCAT, no formato impresso e em arquivos digitalizados, na extensão "pdf";  
II) definitivamente, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento provisório e após a comprovação da perfeita execução e do cumprimento das condições estabelecidas no instrumento contratual.

**14.7 Forma de pagamento**

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

**\*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.**

**14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento (VER EXEMPLO NA ABA IMR - EXEMPLO)**

Não se aplica.

<b>Indicador 1</b>	
<b>Finalidade</b>	
<b>Meta a cumprir</b>	
<b>Instrumento de Medição</b>	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	
<b>Periodicidade</b>	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	
<b>Faixas de Ajuste no pagamento mensal</b>	
<b>Sanções</b>	

<b>Indicador 2</b>	
<b>Finalidade</b>	
<b>Meta a cumprir</b>	
<b>Instrumento de Medição</b>	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	
<b>Periodicidade</b>	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	
<b>Faixas de Ajuste no pagamento mensal</b>	
<b>Sanções</b>	

<b>Indicador 3</b>	
<b>Finalidade</b>	
<b>Meta a cumprir</b>	
<b>Instrumento de Medição</b>	
<b>Forma de Acompanhamento</b>	
<b>Periodicidade</b>	
<b>Mecanismo de cálculo</b>	
<b>Faixas de Ajuste no pagamento mensal</b>	
<b>Sanções</b>	

<b>14.9 Sanções</b>	
- Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos: I) Sendo extrapolado o prazo total para execução do objeto contratado, multa de 1% por dia útil, sobre o valor da contratação, até o limite de 10%; II) Havendo inexecução total, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total da contratação; III) Havendo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,5% por ocorrência, até o limite de 10%, calculada sobre o valor total do contrato. IV) O Tribunal poderá entender como inexecução total o atraso, na entrega do objeto, superior a 20 dias, podendo, nesse caso, rescindir unilateralmente o contrato, por culpa da contratada.	

<b>14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)</b>					
- Valores a serem propostos: Item 1 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 1 - Campinas - Valor: R\$ _____ Item 2 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 2 - Sorocaba - Valor: R\$ _____ Item 3 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 3 - São José dos Campos - Valor: R\$ _____ Item 4 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 4 - Ribeirão Preto - Valor: R\$ _____ Item 5 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 5 - Araçatuba - Valor: R\$ _____ Item 6 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 6 - Presidente Prudente - Valor: R\$ _____ Item 7 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 7 - São José do Rio Preto - Valor: R\$ _____ Item 8 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 8 - Bauru - Valor: R\$ _____					

<b>15. DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	

<b>16. ANÁLISE de RISCOS</b> (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2)	
<b>16.1 Riscos do Processo de Contratação:</b>	

Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.		Gestor e Coord. Licitações e Contratos.	

<b>Risco 2</b>	Falta de orçamento para concluir a contratação		
<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano</b>	Indisponibilidade do serviço		
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Previsão no Plano de Contratações		Gestor	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.		Gestor	

<b>Risco 3</b>	Licitação fracassada ou deserta		
----------------	---------------------------------	--	--



<b>Probabilidade</b>	Média	<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano</b>	Inviabilizar a contratação		
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Gestor	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou reedição de nova licitação		Gestor	

<b>Risco 4</b>	Atraso na licitação		
<b>Probabilidade</b>	Baixa	<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano</b>	Indisponibilidade do serviço		
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
Início do DOD com antecedência		Equipe de planejamento da contratação	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos		Gestor	

<b>16.2 Riscos do Objeto:</b>			
<b>Risco 1</b>			
<b>Probabilidade</b>		<b>Impacto</b>	
<b>Dano</b>			
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>	
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>	

<b>17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>			
<b>Contratação é viável?</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim		
<input type="checkbox"/>	Não		

<b>Data:</b>	27/06/22		
<b>Integrante Demandante:</b>	Sérgio de Oliveira Cordeiro		
<b>Integrante Técnico:</b>	Rosemary Rodrigues Miguel		
<b>- Integrante Administrativo:</b>	<b>Titular:</b>	Douglas Suetsugo Mitsuse	<b>Suplente</b> Christiano Carneiro Ferreira

<b>ANEXO</b>			
<b>TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO– Parte 1</b>			
<b>1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)</b>			
<b>1.1 Descrição resumida do Objeto:</b>			
Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.			
<b>1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.</b>			

Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

As unidades do TRT da 15ª Região são divididas em 8 Circunscrições, a saber: 1. Campinas, 2. Sorocaba, 3. São José dos Campos, 4. Ribeirão Preto, 5. Araçatuba, 6. Presidente Prudente, 7. São José do Rio Preto e 8. Bauru. Cada Circunscrição é composta de Fóruns Trabalhistas e Varas do Trabalho, conforme relação em anexo, observando-se que a Circunscrição de Campinas é composta, ainda, das Sedes Judicial, Administrativa e anexo.

O objeto da contratação deverá ser executado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da ratificação do Cronograma pelo Tribunal.

- Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

I - Reunião: Assinado o contrato, será agendada uma reunião, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ocasião em que empresa contratada deverá apresentar Cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser autorizado pelo Tribunal, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações. A reunião ocorrerá na Secretaria de Saúde, na rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP, podendo ser realizada também de forma telepresencial.

II - As avaliações nas unidades deverão obedecer ao cronograma elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE previamente, sempre observando o horário institucional, feriados locais e possíveis restrições pontuais de cada unidade.

III - Os gestores das unidades serão previamente informados pelo Tribunal acerca do serviço a ser executado e a empresa contratada deverá estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários.

IV) O GRO e o PGR deverão abranger e ser realizados em todas as unidades do Tribunal, por edificação.

V) Para elaboração do PGR de uma edificação, deverão ser analisados todos os ambientes de suas unidades, incluindo os de uso pelos trabalhadores terceirizados.

VI) O documento base do PGR deverá conter o nome do profissional responsável por sua elaboração, bem como seu número de registro em Conselho de Classe, além da anotação de responsabilidade técnica (ART) junto ao mesmo Conselho, quando aplicável.

VII) O PGR deve abranger, no mínimo:

a) Descrição física das dependências e instalações.

b) Descrição das funções e/ou atividades e o quantitativo de servidores.

c) Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de risco químico, físico, biológico, ergonômico e de acidentes identificados nos ambientes de trabalho, descrevendo a metodologia de ação, os critérios adotados e a instrumentação utilizada para as medições.

1. Para realização das avaliações, devem ser verificadas todas as etapas do processo operacional, os possíveis riscos ocupacionais e o tempo de exposição ao risco.

d) Descrição das medidas de proteção individual e coletiva existentes, identificando os EPIs e seus respectivos Certificados de Aprovação (CA), bem como se os EPIs e EPCs são eficazes na proteção aos agentes de riscos detectados.

e) Análise das condições de acessibilidade nas edificações, em conformidade com as normas específicas vigentes.

f) Fundamentação científica e referências da legislação pertinente sobre os riscos identificados.

g) Proposição de um cronograma de ação contendo as medidas de controle para a adequação dos riscos ambientais identificados, estipulando prazos para a implementação das ações, bem como indicadores de avaliação para o acompanhamento sistemático da eficácia das medidas. Tal cronograma deverá ser descrito por ordem de prioridade de ação.

VIII) As avaliações quantitativas deverão abranger os agentes de risco previstos, em conformidade com a NR-1, que institui o PGR, o qual faz parte do GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais das Organizações e é composto basicamente do Inventário Geral de Riscos e do Plano de Ação. A previsão legal do PGR NR-1 é a Portaria SEPRT n.º 6.730, de 09 de março de 2020. Deverão também ser observadas as demais NRs relacionadas à matéria, conforme o caso.

a) As informações deverão ser coletadas próximo ao magistrado ou servidor que está exposto ao maior risco no ambiente.

b) Em caso de agentes químicos que exijam análise laboratorial, será permitida sua inclusão no cronograma do PGR, já constando data limite para apresentação dos resultados.

IX) Especificamente quanto ao ruído, deverá ser analisado com decibelímetro em todas as unidades, devendo ser realizada análise por dosimetria em pelo menos 5 unidades por item, por amostragem.

a) Nasquelas unidades onde a avaliação com decibelímetro apontar valores que superem os limites de tolerância, também deve ser realizada avaliação de ruído por dosimetria.

X) As situações não conformes deverão ser descritas de forma detalhada, fotografada e, quando for o caso, quantificadas de forma a favorecer o entendimento pelas pessoas que terão acesso ao documento.

XI) Todas as avaliações deverão ser realizadas seguindo os procedimentos vigentes e com uso de equipamentos com calibração válida e rastreável à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

a) Os certificados de calibração dos equipamentos utilizados na avaliação quantitativa deverão ser anexados ao documento base do PGR.

XII) O LTCAT deve conter apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados como insalubres ou perigosos e os valores correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal.

XIII) O LTCAT também deve explicitar se a atividade faz jus à aposentadoria especial.

XIV) O objeto da contratação deverá ser entregue ao Tribunal no formato impresso e em arquivo digitalizado, na extensão "pdf", por meio eletrônico.

<b>1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado.</b>
12 meses
<b>Outro</b>

<b>1.4 Local e horário da prestação dos serviços</b>			
Conforme relação de unidades em anexo.			
<b>Endereço</b>	<b>Horário</b>	<b>Dias da semana/Outro</b>	<b>Agendamento, indicar nome, telefone/ramal</b>
<b>Outros:</b>	As avaliações relativas ao objeto do contratado deverão ser realizadas em todas as unidades deste Tribunal Regional do Trabalho, por edificação, conforme relação anexa.		

<b>2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO</b>	
<b>2.1 Motivação</b>	
<b>Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)</b>	
<b>Solução escolhida</b>	Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

	<p>A Resolução 141, do CSJT, assim dispõe: "Art. 3º O PPRA será gerenciado pela área de saúde e elaborado, implementado, acompanhado e avaliado, preferencialmente, pelas áreas especializadas em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho dos Tribunais Regionais do Trabalho. Parágrafo único. Caso inexista profissionais especializados nas áreas mencionadas no caput, poderá ser contratada, temporariamente, consultoria para o desenvolvimento do PPRA."</p> <p>A publicação das Portarias 6.730 e 6.735, do Ministério da Economia, alterou a redação das Normas Regulamentadoras 1 (NR 1) e 9 (NR 9), com um impacto que vai além da simples mudança legislativa. O novo texto exige que as empresas revejam a forma como realizam a prevenção de doenças e acidentes ocupacionais, com a criação de dois novos conceitos: o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).</p> <p>No segundo semestre de 2019, o governo havia disponibilizado para consulta pública a proposta de texto para a NR-38, que traria os detalhes do PGR. A ideia não foi adiante, mas o texto acabou incorporado à NR 1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais).</p> <p>Já a alteração na NR 9, que tratava do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), foi ainda mais profunda. Sob o novo nome de "Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos", a NR se transformará aos poucos em uma norma de higiene ocupacional, subsidiando as medidas de prevenção previstas na NR 1.</p> <p>Ou seja, o GRO e o PGR representam uma evolução do PPRA – que não precisa mais ser realizado a partir de março de 2021. A ideia é ter um material de SST que realmente possa ser usado no dia a dia das empresas, com planos de ação a serem cumpridas e adaptado aos mais modernos conceitos de gestão praticados no mundo.</p> <p>O Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR é utilizado para fins de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais, sendo aprovado pela Portaria 6.730, de 9 de março de 2020, do Ministério da Economia.</p> <p>Enquanto, o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT é regulamentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por meio do qual avalia e determina se o trabalhador tem ou não o direito à aposentadoria especial.</p> <p>Dessa forma, observa-se que o PGR e o LTCAT possuem objetivos diferenciados, ao passo que o PGR consiste em um programa de prevenção e gerenciamento dos riscos ocupacionais, que contribui para a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores.</p>
<b>Justificativa</b>	
<b>Valor estimado</b>	
<b>Outros</b>	

<b>2.2 Objetivos a serem alcançados, incluindo benefícios diretos e indiretos esperados</b>		
<b>Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)</b>		
<input type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas	
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações	
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários	
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal	
<input checked="" type="checkbox"/>	Outro benefício:	- Promoção da saúde ocupacional e da prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho e acidentes de trabalho de magistrados e servidores. - Observância às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações referentes à segurança e saúde do trabalho, bem como à acessibilidade.

<b>2.3 Alinhamento Estratégico</b>	<a href="http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020">http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020</a>
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	

<b>2.4 Referência aos Estudos Preliminares</b>
10802/2022

<b>2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado</b>
O objeto do contrato deverá ser realizado em todas as unidades deste Tribunal Regional do Trabalho, por edificação.

<b>2.6 Natureza do objeto</b>
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

<b>2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)</b>			
<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

<b>2.8 Impacto ambiental</b>
Não.

<b>3. GESTÃO DO CONTRATO</b>	
<b>3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:</b>	
<b>Gestor do Contrato:</b>	Sérgio de Oliveira Cordeiro
	Rosemary Rodrigues Miguel
<b>Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):</b>	

<b>TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO</b>
---------------------------------------------

<b>Catálogo (CATMAT/CATSER)</b>
8818

<b>1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)</b>
<b>1.1 Descrição resumida do Objeto:</b>
Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

## 1.2 Descrição Detalhada do Objeto

Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

As unidades do TRT da 15ª Região são divididas em 8 Circunscrições, a saber: 1. Campinas, 2. Sorocaba, 3. São José dos Campos, 4. Ribeirão Preto, 5. Araçatuba, 6. Presidente Prudente, 7. São José do Rio Preto e 8. Bauru. Cada Circunscrição é composta de Fóruns Trabalhistas e Varas do Trabalho, conforme relação em anexo, observando-se que a Circunscrição de Campinas é composta, ainda, das Sedes Judicial, Administrativa e anexo.

O objeto da contratação deverá ser executado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da ratificação do Cronograma pelo Tribunal.

- Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

I - Reunião: Assinado o contrato, será agendada uma reunião, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ocasião em que empresa contratada deverá apresentar Cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser autorizado pelo Tribunal, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações. A reunião ocorrerá na Secretaria de Saúde, na rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP, podendo ser realizada também de forma telepresencial.

II - As avaliações nas unidades deverão obedecer ao cronograma elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE previamente, sempre observando o horário institucional, feriados locais e possíveis restrições pontuais de cada unidade.

III - Os gestores das unidades serão previamente informados pelo Tribunal acerca do serviço a ser executado e a empresa contratada deverá estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários.

IV) O GRO e o PGR deverão abranger e ser realizados em todas as unidades do Tribunal, por edificação.

V) Para elaboração do PGR de uma edificação, deverão ser analisados todos os ambientes de suas unidades, incluindo os de uso pelos trabalhadores terceirizados.

VI) O documento base do PGR deverá conter o nome do profissional responsável por sua elaboração, bem como seu número de registro em Conselho de Classe, além da anotação de responsabilidade técnica (ART) junto ao mesmo Conselho, quando aplicável.

VII) O PGR deve abranger, no mínimo:

a) Descrição física das dependências e instalações.

b) Descrição das funções e/ou atividades e o quantitativo de servidores.

c) Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de risco químico, físico, biológico, ergonômico e de acidentes identificados nos ambientes de trabalho, descrevendo a metodologia de ação, os critérios adotados e a instrumentação utilizada para as medições.

1. Para realização das avaliações, devem ser verificadas todas as etapas do processo operacional, os possíveis riscos ocupacionais e o tempo de exposição ao risco.

d) Descrição das medidas de proteção individual e coletiva existentes, identificando os EPIs e seus respectivos Certificados de Aprovação (CA), bem como se os EPIs e EPCs são eficazes na proteção aos agentes de riscos detectados.

e) Análise das condições de acessibilidade nas edificações, em conformidade com as normas específicas vigentes.

f) Fundamentação científica e referências da legislação pertinente sobre os riscos identificados.

g) Proposição de um cronograma de ação contendo as medidas de controle para a adequação dos riscos ambientais identificados, estipulando prazos para a implementação das ações, bem como indicadores de avaliação para o acompanhamento sistemático da eficácia das medidas. Tal cronograma deverá ser descrito por ordem de prioridade de ação.

VIII) As avaliações quantitativas deverão abranger os agentes de risco previstos, em conformidade com a NR-1, que institui o PGR, o qual faz parte do GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais das Organizações e é composto basicamente do Inventário Geral de Riscos e do Plano de Ação. A previsão legal do PGR NR-1 é a Portaria SEPRT n.º 6.730, de 09 de março de 2020. Deverão também ser observadas as demais NRs relacionadas à matéria, conforme o caso.

a) As informações deverão ser coletadas próximo ao magistrado ou servidor que está exposto ao maior risco no ambiente.

b) Em caso de agentes químicos que exijam análise laboratorial, será permitida sua inclusão no cronograma do PGR, já constando data limite para apresentação dos resultados.

IX) Especificamente quanto ao ruído, deverá ser analisado com decibelímetro em todas as unidades, devendo ser realizada análise por dosimetria em pelo menos 5 unidades por item, por amostragem.

a) Nasquelas unidades onde a avaliação com decibelímetro apontar valores que superem os limites de tolerância, também deve ser realizada avaliação de ruído por dosimetria.

X) As situações não conformes deverão ser descritas de forma detalhada, fotografada e, quando for o caso, quantificadas de forma a favorecer o entendimento pelas pessoas que terão acesso ao documento.

XI) Todas as avaliações deverão ser realizadas seguindo os procedimentos vigentes e com uso de equipamentos com calibração válida e rastreável à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

a) Os certificados de calibração dos equipamentos utilizados na avaliação quantitativa deverão ser anexados ao documento base do PGR.

XII) O LTCAT deve conter apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados como insalubres ou perigosos e os valores correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal.

XIII) O LTCAT também deve explicitar se a atividade faz jus à aposentadoria especial.

XIV) O objeto da contratação deverá ser entregue ao Tribunal no formato impresso e em arquivo digitalizado, na extensão "pdf", por meio eletrônico.

## 1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.

12 meses

Outro

## 2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

### 2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas

Pregão eletrônico

### 2.2 Forma de julgamento:

Menor preço

### 2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)

Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

### 2.4. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

### 2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Não

Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.

#### 2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:

Não se aplica

#### 2.4.2 Histórico de consumo:

Não se aplica
<b>2.4.3 Estimativa de consumo:</b>
Não se aplica
<b>2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:</b>
Não se aplica
<b>2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</b>
Não se aplica
<b>2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</b>
Não se aplica
<b>2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</b>
Não se aplica
<b>2.4.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</b>
Não se aplica

3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO			
<b>3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observado?</b>			
Não			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
<b>Há especificação de ROHs?</b>		Não se aplica	
<b>Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:</b>			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT: <a href="#">Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</a>			

<b>3.2 ARQUIVOS</b>
<b>Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?</b>
Não se aplica
<b>Indicar anexo ou local em que pode ser baixado</b> Não se aplica.
<b>No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:</b>

<b>3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)</b>	
A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.	
<input checked="" type="checkbox"/>	Será exigida a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) características, quantidades e prazos, com quantitativo mínimo de 10% dos serviços que se pretende contratar, a fim de assegurar que a contratada estará apta a fornecer os serviços pactuados. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN 05/2017.
<input type="checkbox"/>	Operacional: Registro da empresa no respectivo conselho profissional:
<input type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).
<input checked="" type="checkbox"/>	<b>Há necessidade de comprovação de profissional específico?</b> No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade. <b>Comprovação de que a empresa possui, em seu quadro permanente, na data da licitação, médico(a) com especialidade em medicina no trabalho ou engenheiro(a) de Segurança do Trabalho ou profissional devidamente habilitado, com registro no respectivo conselho. Referida comprovação será feita conforme requisitos abaixo:</b> 1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; 2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente; 3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; 4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da contratação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura. <b>Prova de inscrição ou registro da pessoa jurídica no respectivo Conselho de Profissionais/Classe. Prova de inscrição ou registro, junto ao respectivo Conselho de profissionais/classe, do profissional com formação em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Medicina do Trabalho ou outro devidamente habilitado, que atuará como responsável técnico do GRO, do PGR e do LTCAT</b>

<b>3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?</b>	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	Normas Regulamentadoras 1 (NR 1) e 9 (NR 9), Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, respectivamente.

<b>4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA</b>	
<b>Há previsão de vistoria/visita técnica?</b>	
Não se aplica	
<b>Se sim. Justificar:</b>	Não se aplica
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
<b>4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):</b>	
Não se aplica	

<b>5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>
01/08/2022

<b>6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS</b>			
Conforme relação de unidades em anexo.			
<b>Endereço</b>	<b>Horário</b>	<b>Dias da semana/Outro</b>	<b>Agendamento, indicar nome, telefone/ramal</b>
<b>Outros:</b>	As avaliações relativas ao objeto do contratado deverão ser realizadas em todas as unidades deste Tribunal Regional do Trabalho, por edificação, conforme relação anexa.		

<b>7. GARANTIA</b>	
<b>7.1 Garantia do objeto</b>	
<b>Especificar o objeto e a qual grupo se refere:</b>	
Não se aplica.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
<b>7.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)</b>	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;	
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e	
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
<b>Justificativa</b>	Não se aplica.

<b>8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA</b>	
Especificações:	
<b>8.1. Obrigações da Contratante (TRT)</b>	
I) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, colocando-se à disposição para dirimir dúvidas e prestar quaisquer esclarecimentos necessários, por meio de reuniões que devem ser previamente solicitadas pela CONTRATADA e agendadas, a serem realizadas presencialmente ou por teleconferência, com a Secretaria de Saúde do Tribunal;	
II) comunicar aos gestores das unidades, antes do início dos trabalhos de avaliação e de elaboração do GRO, PGR e LTCAT, o serviço a ser executado, assim como o cronograma e os dados da empresa CONTRATADA;	
III) assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que os serviços se fizerem necessários, mediante agendamento e conforme cronograma prévio;	
IV) anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;	
V) fornecer à CONTRATADA a relação dos magistrados e servidores de cada unidade;	
VI) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de fiscal nomeado para esse fim;	
VII) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;	
VIII) Caso sejam observados problemas nos relatórios, a contratada deverá reapresentar o material devidamente saneado no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis.	

<b>8.2. Obrigações da Contratada</b>
--------------------------------------

**PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO**

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

Competirá à CONTRATADA a execução do objeto segundo as normas e condições consignadas no instrumento contratual e/ou decorrentes da legislação aplicável à matéria, em especial:

- I) Informar aos fiscais do contrato, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência verificada durante a prestação dos serviços;
  - II) Executar o objeto do contrato em prazo não superior ao máximo estipulado no edital, sob pena de incidência das sanções previstas no instrumento convocatório;
  - III) Executar os serviços de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito à CONTRATANTE, devidamente fundamentada, para análise pela fiscalização do contrato;
  - IV) Abster-se de transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem a expressa anuência do CONTRATANTE;
  - V) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 70 da Lei n.º 8.666/1993;
  - VI) Responder pelo pagamento de multas e demais encargos de natureza administrativa decorrentes do exercício das atividades profissionais relacionadas ao objeto do contrato, assim como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/1993;
  - VII) Comparecer à reunião de abertura dos trabalhos nas instalações do CONTRATANTE antes do início das atividades, a fim de esclarecer eventuais dúvidas, receber da CONTRATANTE as informações exigidas para execução dos trabalhos e apresentar o cronograma de atividades e a metodologia de trabalho.
  - VIII) Apresentar cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser ratificado pelo CONTRATANTE, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações, bem como estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários.
  - IX) Emitir parecer sobre questionamentos referentes ao GRO, ao PGR e ao LTCAT durante a vigência de cada documento, sempre que o CONTRATANTE solicitar;
  - X) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte – inclusive durante o período de garantia –, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei n.º 8.666/93;
  - XI) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação apresentadas na fase de licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93;
  - XII) Garantir a segurança e idoneidade das avaliações.
  - XIII) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender, apresentando formalmente as ações corretivas cabíveis;
  - XIV) Comunicar à CONTRATANTE, antes do início dos trabalhos, a relação nominal dos profissionais executores dos procedimentos em cada unidade, bem como a documentação comprobatória pertinente aos profissionais;
  - XV) Substituir o profissional no caso de impossibilidade do seu comparecimento ao trabalho, independente da motivação, visando o cumprimento dos serviços de forma ininterrupta, comunicando imediatamente à CONTRATANTE o nome do profissional substituto;
  - XVI) Indicar um representante com atribuições de coordenar, comandar, fiscalizar e orientar os profissionais quanto ao bom andamento dos serviços, mantendo sempre contato com o gestor e fiscal do contrato;
  - XVII) Responsabilizar-se pela disponibilização dos recursos materiais necessários realização dos trabalhos;
  - XVIII) Utilizar sempre instrumentos de medição com calibração válida e rastreável;
  - XIX) Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos de força maior comprovada, caso fortuito ou impossibilidade notória, em face de instruções oriundas da Administração Pública, de órgãos de classe ou decorrentes de decisões judiciais.
  - XX) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.
- Obs.: O(s) profissional(is) indicado(s) pelo contratada para fins de comprovação da qualificação técnica na licitação deverá(ão) atuar como responsável(is) técnico(s), admitindo-se sua substituição somente por outro(s) que detenha(m) as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes e justificáveis, sob prévia avaliação do TRT da 15ª Região.
- As obrigações da CONTRATADA expressamente enunciadas nesta cláusula têm caráter exemplificativo e não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, decorrentes da legislação aplicável à espécie, observado o disposto no artigo 54, caput, da Lei n.º 8.666/1993.
- A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.
- Além disso, para adentrar nos prédios do Tribunal, está sendo exigido o gesto vacinal completo.

**9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO****9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:**

<b>Gestor do Contrato:</b>	Sérgio de Oliveira Cordeiro
<b>Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):</b>	Rosemary Rodrigues Miguel

**9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber**

Assinado o contrato, será agendada uma reunião, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ocasião em que empresa contratada deverá apresentar cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser autorizado pelo Tribunal, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações.

**9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços**

A prestação dos serviços contratados deverá ter início, assim como o prazo para execução do objeto contratado, a partir da data da aprovação do cronograma a ser apresentado pela empresa na reunião que deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

**9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia**

Não se aplica.

**9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada**

<b>Tipo</b>	<b>Forma</b>	<b>Periodicidade</b>	<b>Emissor</b>
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

**9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo**

- Nos termos do art. 73 da Lei n.º 8.666/1993, o recebimento do objeto dar-se-á da seguinte forma:
  - I) provisoriamente, no momento da entrega do GRO, do PGR e do LTCAT, no formato impresso e em arquivos digitalizados, na extensão "pdf";
  - II) definitivamente, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento provisório e após a comprovação da perfeita execução e do cumprimento das condições estabelecidas no instrumento contratual.

**9.7 Forma de pagamento**

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

\*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.

**9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento**

Não se aplica.

<b>Indicador 1</b>	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
<b>Indicador 2</b>	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
<b>Indicador 3</b>	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

<b>9.9 Sanções</b>
- Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos: I) Sendo extrapolado o prazo total para execução do objeto contratado, multa de 1% por dia útil, sobre o valor da contratação, até o limite de 10%; II) Havendo inexecução total, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total da contratação; III) Havendo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,5% por ocorrência, até o limite de 10%, calculada sobre o valor total do contrato. IV) O Tribunal poderá entender como inexecução total o atraso, na entrega do objeto, superior a 20 dias, podendo, nesse caso, rescindir unilateralmente o contrato, por culpa da contratada.

<b>10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA</b>					
- Valores a serem propostos: Item 1 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 1 - Campinas - Valor: R\$ _____ Item 2 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 2 - Sorocaba - Valor: R\$ _____ Item 3 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 3 - São José dos Campos - Valor: R\$ _____ Item 4 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 4 - Ribeirão Preto - Valor: R\$ _____ Item 5 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 5 - Araçatuba - Valor: R\$ _____ Item 6 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 6 - Presidente Prudente - Valor: R\$ _____ Item 7 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 7 - São José do Rio Preto - Valor: R\$ _____ Item 8 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 8 - Bauru - Valor: R\$ _____					

<b>11. DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	

<b>TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS</b>
-----------------------------------------------

<b>Data:</b>	27/06/22
<b>Número do PROAD aberto</b>	10802/2022
<b>Área Demandante:</b>	Secretaria de Saúde
<b>Área Requisitante:</b>	Secretaria de Saúde

<b>Contratação urgente?</b>	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
<b>Contratação não é urgente</b>		

<b>Catálogo (CATMAT/CATSER)</b>
8818

<b>1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)</b>
-----------------------------------------------



<b>É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?</b>
Não
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.
<b>1.1 Fundamentação para a opção por SRP:</b>
Não se aplica
<b>1.2 Histórico de consumo:</b>
Não se aplica
<b>1.3 Estimativa de consumo:</b>
Não se aplica
<b>1.4 Quantidade para Consumo Imediato:</b>
Não se aplica
<b>1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:</b>
Não se aplica
<b>1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:</b>
Não se aplica
<b>1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?</b>
Não se aplica
<b>1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique</b>
Não se aplica

<b>2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?</b>	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	Normas Regulamentadoras 1 (NR 1) e 9 (NR 9), Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e Avaliação e Controle das Exposições Ocupacionais a Agentes Físicos, Químicos e Biológicos, respectivamente.

<b>3. OBJETO</b>
<b>3.1 Descrição Detalhada do Objeto</b>
Contratação de empresa especializada em Engenharia de Segurança e/ou Medicina do Trabalho para elaboração do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e dos Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), abrangendo todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.  As unidades do TRT da 15ª Região são divididas em 8 Circunscrições, a saber: 1. Campinas, 2. Sorocaba, 3. São José dos Campos, 4. Ribeirão Preto, 5. Araçatuba, 6. Presidente Prudente, 7. São José do Rio Preto e 8. Bauru. Cada Circunscrição é composta de Fóruns Trabalhistas e Varas do Trabalho, conforme relação em anexo, observando-se que a Circunscrição de Campinas é composta, ainda, das Sedes Judicial, Administrativa e anexo.  O objeto da contratação deverá ser executado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da ratificação do Cronograma pelo Tribunal.  - Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo: I - Reunião: Assinado o contrato, será agendada uma reunião, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ocasião em que empresa contratada deverá apresentar Cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser autorizado pelo Tribunal, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações. A reunião ocorrerá na Secretaria de Saúde, na rua Dr. Quirino, 1080, 6º andar, Centro, Campinas/SP, podendo ser realizada também de forma telepresencial. II - As avaliações nas unidades deverão obedecer ao cronograma elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE previamente, sempre observando o horário institucional, feriados locais e possíveis restrições pontuais de cada unidade. III - Os gestores das unidades serão previamente informados pelo Tribunal acerca do serviço a ser executado e a empresa contratada deverá estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários. IV) O GRO e o PGR deverão abranger e ser realizados em todas as unidades do Tribunal, por edificação. V) Para elaboração do PGR de uma edificação, deverão ser analisados todos os ambientes de suas unidades, incluindo os de uso pelos trabalhadores terceirizados. VI) O documento base do PGR deverá conter o nome do profissional responsável por sua elaboração, bem como seu número de registro em Conselho de Classe, além da anotação de responsabilidade técnica (ART) junto ao mesmo Conselho, quando aplicável. VII) O PGR deve abranger, no mínimo: a) Descrição física das dependências e instalações. b) Descrição das funções e/ou atividades e o quantitativo de servidores. c) Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de risco químico, físico, biológico, ergonômico e de acidentes identificados nos ambientes de trabalho, descrevendo a metodologia de ação, os critérios adotados e a instrumentação utilizada para as medições. 1. Para realização das avaliações, devem ser verificadas todas as etapas do processo operacional, os possíveis riscos ocupacionais e o tempo de exposição ao risco. d) Descrição das medidas de proteção individual e coletiva existentes, identificando os EPIs e seus respectivos Certificados de Aprovação (CA), bem como se os EPIs e EPCs são eficazes na proteção aos agentes de riscos detectados. e) Análise das condições de acessibilidade nas edificações, em conformidade com as normas específicas vigentes. f) Fundamentação científica e referências da legislação pertinente sobre os riscos identificados. g) Proposição de um cronograma de ação contendo as medidas de controle para a adequação dos riscos ambientais identificados, estipulando prazos para a implementação das ações, bem como indicadores de avaliação para o acompanhamento sistemático da eficácia das medidas. Tal cronograma deverá ser descrito por ordem de prioridade de ação. VIII) As avaliações quantitativas deverão abranger os agentes de risco previstos, em conformidade com a NR-1, que institui o PGR, o qual faz parte do GRO - Gerenciamento de Riscos Ocupacionais das Organizações e é composto basicamente do Inventário Geral de Riscos e do Plano de Ação. A previsão legal do PGR NR-1 é a Portaria SEPRT n.º 6.730, de 09 de março de 2020. Deverão também ser observadas as demais NRs relacionadas à matéria, conforme o caso. a) As informações deverão ser coletadas próximo ao magistrado ou servidor que está exposto ao maior risco no ambiente. b) Em caso de agentes químicos que exijam análise laboratorial, será permitida sua inclusão no cronograma do PGR, já constando data limite para apresentação dos resultados. IX) Especificamente quanto ao ruído, deverá ser analisado com decibelímetro em todas as unidades, devendo ser realizada análise por dosimetria em pelo menos 5 unidades por item, por amostragem. a) Nasquelas unidades onde a avaliação com decibelímetro apontar valores que superem os limites de tolerância, também deve ser realizada avaliação de ruído por dosimetria. X) As situações não conformes deverão ser descritas de forma detalhada, fotografada e, quando for o caso, quantificadas de forma a favorecer o entendimento pelas pessoas que terão acesso ao documento. XI) Todas as avaliações deverão ser realizadas seguindo os procedimentos vigentes e com uso de equipamentos com calibração válida e rastreável à RBC (Rede Brasileira de Calibração). a) Os certificados de calibração dos equipamentos utilizados na avaliação quantitativa deverão ser anexados ao documento base do PGR. XII) O LTCAT deve conter apresentação explícita das conclusões sobre os efeitos dos agentes classificados como insalubres ou perigosos e os valores correspondentes adicionais, descrevendo os efeitos da exposição aos agentes de risco e a fundamentação legal. XIII) O LTCAT também deve explicitar se a atividade faz jus à aposentadoria especial. XIV) O objeto da contratação deverá ser entregue ao Tribunal no formato impresso e em arquivo digitalizado, na extensão "pdf", por meio eletrônico.

--

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO			
<b>4.1 Local e horário da prestação dos serviços</b>			
Conforme relação de unidades em anexo.			
Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
<b>Outros:</b>	As avaliações relativas ao objeto do contratado deverão ser realizadas em todas as unidades deste Tribunal Regional do Trabalho, por edificação, conforme relação anexa.		

<b>4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber</b>
Assinado o contrato, será agendada uma reunião, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ocasião em que empresa contratada deverá apresentar cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser autorizado pelo Tribunal, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações.

<b>4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços</b>
A prestação dos serviços contratados deverá ter início, assim como o prazo para execução do objeto contratado, a partir da data da aprovação do cronograma a ser apresentado pela empresa na reunião que deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	Secretaria de Saúde
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Outra		

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA			
<b>5.1. SUSTENTABILIDADE</b>			
Há critérios de sustentabilidade a serem observados?			
Não			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
Há especificação de ROHs?			
		Não se aplica	
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT.			
<a href="#">Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição</a>			

<b>5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</b>
--------------------------------------

PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada.

Competirá à CONTRATADA a execução do objeto segundo as normas e condições consignadas no instrumento contratual e/ou decorrentes da legislação aplicável à matéria, em especial:

- I) Informar aos fiscais do contrato, imediatamente e por escrito, qualquer ocorrência verificada durante a prestação dos serviços;  
II) Executar o objeto do contrato em prazo não superior ao máximo estipulado no edital, sob pena de incidência das sanções previstas no instrumento convocatório;  
III) Executar os serviços de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito à CONTRATANTE, devidamente fundamentada, para análise pela fiscalização do contrato;  
IV) Abster-se de transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação sem a expressa anuência do CONTRATANTE;  
V) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 70 da Lei n.º 8.666/1993;  
VI) Responder pelo pagamento de multas e demais encargos de natureza administrativa decorrentes do exercício das atividades profissionais relacionadas ao objeto do contrato, assim como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/1993;  
VII) Comparecer à reunião de abertura dos trabalhos nas instalações do CONTRATANTE antes do início das atividades, a fim de esclarecer eventuais dúvidas, receber da CONTRATANTE as informações exigidas para execução dos trabalhos e apresentar o cronograma de atividades e a metodologia de trabalho.  
VIII) Apresentar cronograma para execução dos trabalhos, que deverá ser ratificado pelo CONTRATANTE, podendo haver readequação de datas nos casos em que houver coincidência com outros eventos na unidade, que inviabilizem a realização das avaliações, bem como estabelecer contato com as unidades, nos números de telefone disponibilizados no site do Tribunal, para os agendamentos que se fizerem necessários.  
IX) Emitir parecer sobre questionamentos referentes ao GRO, ao PGR e ao LTCAT durante a vigência de cada documento, sempre que o CONTRATANTE solicitar;  
X) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte – inclusive durante o período de garantia –, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei n.º 8.666/93;  
XI) Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação apresentadas na fase de licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93;  
XII) Garantir a segurança e idoneidade das avaliações.  
XIII) Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender, apresentando formalmente as ações corretivas cabíveis;  
XIV) Comunicar à CONTRATANTE, antes do início dos trabalhos, a relação nominal dos profissionais executores dos procedimentos em cada unidade, bem como a documentação comprobatória pertinente aos profissionais;  
XV) Substituir o profissional no caso de impossibilidade do seu comparecimento ao trabalho, independente da motivação, visando o cumprimento dos serviços de forma ininterrupta, comunicando imediatamente à CONTRATANTE o nome do profissional substituto;  
XVI) Indicar um representante com atribuições de coordenar, comandar, fiscalizar e orientar os profissionais quanto ao bom andamento dos serviços, mantendo sempre contato com o gestor e fiscal do contrato;  
XVII) Responsabilizar-se pela disponibilização dos recursos materiais necessários realização dos trabalhos;  
XVIII) Utilizar sempre instrumentos de medição com calibração válida e rastreável;  
XIX) Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE, pelo não cumprimento das obrigações atinentes aos serviços a serem prestados, exceto nos casos de força maior comprovada, caso fortuito ou impossibilidade notória, em face de instruções oriundas da Administração Pública, de órgãos de classe ou decorrentes de decisões judiciais.  
XX) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.  
Obs.: O(s) profissional(is) indicado(s) pelo contratada para fins de comprovação da qualificação técnica na licitação deverá(ão) atuar como responsável(is) técnico(s), admitindo-se sua substituição somente por outro(s) que detenha(m) as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes e justificáveis, sob prévia avaliação do TRT da 15ª Região.  
As obrigações da CONTRATADA expressamente enunciadas nesta cláusula têm caráter exemplificativo e não excluem outras necessárias à perfeita e integral execução do objeto, decorrentes da legislação aplicável à espécie, observado o disposto no artigo 54, caput, da Lei n.º 8.666/1993.  
A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, bem como nos Decretos Estaduais sobre o tema e na resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região.  
Além disso, para adentrar nos prédios do Tribunal, está sendo exigido o gesto vacinal completo.

6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

Não se aplica.

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;  
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e  
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

Justificativa Não se aplica.

6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Não se aplica.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

- I) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, colocando-se à disposição para dirimir dúvidas e prestar quaisquer esclarecimentos necessários, por meio de reuniões que devem ser previamente solicitadas pela CONTRATADA e agendadas, a serem realizadas presencialmente ou por teleconferência, com a Secretaria de Saúde do Tribunal;  
II) comunicar aos gestores das unidades, antes do início dos trabalhos de avaliação e de elaboração do GRO, PGR e LTCAT, o serviço a ser executado, assim como o cronograma e os dados da empresa CONTRATADA;  
III) assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais em que os serviços se fizerem necessários, mediante agendamento e conforme cronograma prévio;  
IV) anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas;  
V) fornecer à CONTRATADA a relação dos magistrados e servidores de cada unidade;  
VI) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de fiscal nomeado para esse fim;  
VII) promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;  
VIII) Caso sejam observados problemas nos relatórios, a contratada deverá reapresentar o material devidamente saneado no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis.

8. VALOR

8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

- Valores a serem propostos:

- Item 1 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 1 - Campinas - Valor: R\$ \_\_\_\_\_  
Item 2 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 2 - Sorocaba - Valor: R\$ \_\_\_\_\_  
Item 3 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 3 - São José dos Campos - Valor: R\$ \_\_\_\_\_  
Item 4 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 4 - Ribeirão Preto - Valor: R\$ \_\_\_\_\_  
Item 5 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 5 - Araçatuba - Valor: R\$ \_\_\_\_\_  
Item 6 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 6 - Presidente Prudente - Valor: R\$ \_\_\_\_\_  
Item 7 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 7 - São José do Rio Preto - Valor: R\$ \_\_\_\_\_  
Item 8 - GRO, PGR e LTCAT - Circunscrição 8 - Bauru - Valor: R\$ \_\_\_\_\_


9. EQUIPE DE GESTÃO

<b>Gestor do Contrato:</b>	Sérgio de Oliveira Cordeiro
<b>Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):</b>	Rosemary Rodrigues Miguel
<b>Fiscal Técnico do Contrato:</b>	
<b>Fiscal Administrativo</b>	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	
<b>Indicador 1</b>	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
<b>Indicador 2</b>	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
<b>Indicador 3</b>	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

11. FATURAMENTO	
<b>Gestor do Contrato:</b>	Sérgio de Oliveira Cordeiro

12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO
<p>- Nos termos do art. 73 da Lei n.º 8.666/1993, o recebimento do objeto dar-se-á da seguinte forma:</p> <p>I) provisoriamente, no momento da entrega do GRO, do PGR e do LTCAT, no formato impresso e em arquivos digitalizados, na extensão "pdf";</p> <p>II) definitivamente, dentro do prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento provisório e após a comprovação da perfeita execução e do cumprimento das condições estabelecidas no instrumento contratual.</p>

13. FORMA DE PAGAMENTO
<p>O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.</p> <p>*Atentar-se para a necessidade de cadastramento no SIGEO, prevista nas obrigações da contratada.</p>

14. PRAZO DE VIGÊNCIA
12 meses
Outro

14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual	
<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	
Não se aplica.	
É necessário sobreposição contratual?	
Não.	
14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Não se aplica.	
14.2.2. Devolução de recursos materiais	
Não se aplica.	

15. SANÇÕES
-------------

- Caberá penalidade de multa nos seguintes percentuais e casos: I) Sendo extrapolado o prazo total para execução do objeto contratado, multa de 1% por dia útil, sobre o valor da contratação, até o limite de 10%; II) Havendo inexecução total, multa punitiva de 10%, calculada sobre o valor total da contratação; III) Havendo descumprimento de quaisquer condições estabelecidas neste instrumento para as quais não haja previsão de sanções específicas, multa de 0,5% por ocorrência, até o limite de 10%, calculada sobre o valor total do contrato. IV) O Tribunal poderá entender como inexecução total o atraso, na entrega do objeto, superior a 20 dias, podendo, nesse caso, rescindir unilateralmente o contrato, por culpa da contratada.

<b>16. DISPOSIÇÕES GERAIS</b>